



EDUCADORAS SOCIAIS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA

Érico Ribas Machado¹

Marli de Fátima Rodrigues²

Tiago Marques do Carmo³

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo relatar uma experiência no desenvolvimento do Projeto de Extensão intitulado: “UEPG no Instituto João XXII: Práticas de Educação Social para o Desenvolvimento Comunitário” realizado entre 2024 e início de 2025 que envolveu profissionais pesquisadores do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social (NUPEPES/UEPG) e Educadores Sociais da Instituição, no Município de Ponta Grossa/PR. O artigo apresenta a proposta de projeto de extensão e como se estabeleceram diálogos entre os profissionais de modo a caracterizar a relação do trabalho desenvolvido junto aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, considerando as discussões setoriais entre a política educacional no âmbito dos equipamentos socioassistenciais. No desenvolvimento do projeto evidenciou-se a necessidade de regulamentação da Profissão de Educadores Sociais no Brasil, com exigência da Graduação como formação mínima, atrelada a valorização profissional, formação continuada e equiparação aos outros profissionais com o mesmo nível de formação o que certamente resultará em mudanças significativas na condição atual de trabalho de Educadoras Sociais e Educadores Sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Educadoras Sociais; SCFV; Políticas Educacionais; Regulamentação da Profissão .

¹ Professor Associado do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Líder do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social – NUPEPES. E-mail: ermachado@uepg.br

² Professora Associada do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social – NUPEPES. E-mail: mfrodrigues@uepg.br

³ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Assistente Social pela UEPG. Acadêmico do Curso de Pedagogia pela UEPG. Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social – NUPEPES. E-mail: tiagomarquesdocarmo@gmail.com



INTRODUÇÃO

Este artigo consiste no relato de experiência resultante da inserção de um grupo de extensionistas universitários vinculados ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (NUPEPES/UEPG) com Educadoras Sociais que atuam no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), vinculado à instituição Instituto João XXIII.

O projeto de extensão integra o conjunto das reflexões e práticas da Educação Social e Pedagogia Social, recentemente introduzido no pensamento educacional brasileiro que, inevitavelmente se defronta desafios de estabelecer conexões entre a Pedagogia, como área de conhecimento, e os campos da formação e da prática de Pedagogos (os) e Educadores (as) Sociais. (Machado, Rodrigues e Severo, 2014).

Os integrantes fazem parte do NUPEPES/UEPG, contando, também com a participação de acadêmicas do curso de Licenciatura em Pedagogia da UEPG. As práticas de Educação Social, percebidas neste projeto foram direcionadas, conforme abordagem do desenvolvimento comunitário fundamentado na Animação Sociocultural (Perez-Perez, 2014).

Este campo é reconhecido como área da Pedagogia Social (Souza, 2019). A partir deste viés, destacamos que a Animação Sociocultural é configurada como vertente da Pedagogia Social, que visa promover a participação ativa das pessoas na vida cultural, social e comunitária. Suas atividades e intervenções visam fortalecer o sentido de comunidade, promover a participação social, estimular a criatividade e expressão comunitária, além de promover a consciência crítica e a transformação social.

No projeto de extensão, os extensionistas atuaram como animadores socioculturais, reconhecendo os contextos comunitários, educativos, culturais e de desenvolvimento social. Os princípios educativos propostos pelo educador Paulo Freire estão diretamente aqueles relacionados às camadas populares, estabelecendo superação do modelo imposto pelas classes dominantes. Nessa lógica que emerge o conceito de Animação Popular, fomentando a emancipação educativa, social e cultural, conscientizando a comunidade acerca dos preceitos da coletividade (Ammann, 2003, p. 94-95).



O PAPEL DO EDUCADOR SOCIAL NO CONTEXTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Anteriormente à implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), não ocorreriam atrelamentos entre práticas educativas junto aos contextos sociocomunitários no campo das políticas públicas, tendo em vista o formato das ações desempenhadas naquela época.

Durante a década de 1960, o emprego do termo Educação Popular passa a ser concebida como estratégia de superação dos modelos anteriores, controlando hegemonicamente as classes sociais, principalmente aquelas vulneráveis, proporcionando que haja maior conscientização social dos indivíduos em torno de sua realidade (Saviani, 2013, p. 317).

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) estabelece, dentre seus princípios fundamentais, que o direito à convivência não é dado apenas no ambiente familiar, compreendendo também o espaço comunitário que aquele indivíduo pertence (Brasil, 1993). A assistência social, enquanto política não contributiva, tem como primazia a matricialidade sociofamiliar, materializadas a partir da estruturação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

No contexto da elaboração da PNAS é reforçada que a convivência ocupa papel essencial na trajetória da formação histórica da sociedade, constituída como segurança prevista para que haja garantia dos direitos aos indivíduos e suas famílias. Previamente à estruturação do SUAS, estas situações não eram devidamente asseguradas pelo poder público, sem quaisquer garantias constitucionais.

A partir da implementação do SUAS, enquanto sistema de referência que possibilita a gestão da política de Assistência Social no território brasileiro, os serviços socioassistenciais foram organizados para atendimento, em conformidade do nível de complexidade que, nesta pesquisa, estará dirigida à Proteção Social Básica.

Segundo Carvalho (2014, p. 61) os serviços, programas, projetos e/ou benefícios pertencentes à Proteção Social Básica são caracterizados pelo processo da prevenção das situações de vulnerabilidade e/ou risco social, através de estratégias de fortalecimentos de vínculos familiares e comunitários. Nesse sentido, que o SCFV se estabelece como principal atividade desempenhada, diretamente, nas unidades públicas



do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), como naquelas instituições do Terceiro Setor.

Em relação ao SCFV, apresenta as seguintes descrições:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (Brasil, 2014, p. 16).

A organização do SCFV está separada por grupos de trabalho, de acordo com o público de referência e respectiva faixa etária: a) Crianças até 06 anos; b) Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos; c) Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos; d) Jovens de 18 a 29 anos; e) Adultos de 30 a 59 anos; f) Pessoas Idosas. Neste modelo de trabalho em grupos, existem eixos específicos para serem trabalhados, atendendo as finalidades coletivas.

A equipe de referência do SCFV é composta, obrigatoriamente, pelo técnico responsável e pelo educador social. Referente ao profissional de nível superior, serão elencados aquelas categorias de trabalhadores do SUAS, listados na Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011: assistente social, psicólogo (obrigatoriamente), ademais categorias que atendam as especificidades dos SCFV – antropólogo, economista doméstico, pedagogo, sociólogo, terapeuta ocupacional e/ou musicoterapeuta (Conselho Nacional de Assistência Social, 2011).

Para atendimento dos espaços de convivência e sociabilidade dos grupos, a responsabilidade de estruturação é do educador social, realizando diferentes formas de inclusão dos indivíduos e famílias pertencentes ao território de abrangência do específico equipamento socioassistencial.

O documento norteador do *Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos* destacam que as ações a serem desempenhadas pelo educador social se dará pelos seguintes objetivos:



- organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades coletivas nas unidades e/ou na comunidade;
- acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades;
- apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e/ou na comunidade;
- participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado;
- Acompanhar e registrar a assiduidade dos usuários por meio de instrumentais específicos, como listas de frequência, atas, sistemas eletrônicos próprios etc. (Brasil, 2016, p. 28).

Conforme este descritivo, compreendemos que o papel do educador social não está atrelado apenas à facilitação de oficinas nos grupos, mas também desempenha atividades de planejamento, monitoramento e avaliação, em conjunto com a equipe de referência. Essas atribuições passam a ser configuradas como avanço dentro da estrutura do SUAS que, anteriormente, demarcam a desvalorização da Educação Social no campo desta política pública.

No momento da elaboração da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), dada pela Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, não foram pensadas como os educadores sociais ocupariam seus espaços junto aos serviços da Proteção Social Básica. Naquele cenário, a compreensão em torno dos atendimentos aos usuários era, que poderiam ser realizados por qualquer trabalhador do nível médio, não sendo listados categorias específicas de trabalho (Brasil, 2011, p. 30).

No âmbito da Proteção Social Especial que a discussão se torna diferenciada, compreendendo a existência das categorias laborais de cuidador e auxiliar cuidador, integrando a equipe de referência dos acolhimentos institucionais. Possivelmente se destacaram pelo processo de formação histórico das instituições religiosas no território brasileiro, exercendo atividades destinadas ao cuidado dos indivíduos vulneráveis (Brasil, 2011, p. 33).

A partir da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, cuja temática central estaria relacionada à consolidação do SUAS e valorização profissional, que o educador social teve seu reconhecimento como trabalhador do SUAS, conforme



deliberação conferencial, apesar de sua atuação histórica nos movimentos populares de garantia de direitos (Conselho Nacional de Assistência Social, 2012).

Importante se atentar que o educador social atuante nos espaços de fortalecimento de vínculos deverá apresentar um olhar crítico, em torno dos anseios da comunidade. A relação de proximidade e troca de saberes com a comunidade proporcionam maior interação social, não estando somente atrelados a realização das propostas das atividades previstas nos eixos temáticos.

Sem dúvidas que a Animação Popular se configura como estratégia de trabalho da Educação Social no espaço dos SCFV, fortalecendo a participação popular dos membros de determinada comunidade e sua identidade social. Nesse sentido que a ação educativa do educador social se faz presente na coletividade, possibilitando que haja um olhar mais direcionado acerca da sua realidade.

No município de Ponta Grossa/PR existem 09 (nove) serviços de SCFV para crianças e adolescentes de 06 a 17 anos, realizados de forma indireta, custeados por meio de convênio com a Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa (FASPG). O Instituto João XXIII, instituição envolvida no presente projeto de extensão, compreende uma das entidades conveniadas com o poder público municipal.

VIVÊNCIAS DAS EDUCADORAS SOCIAIS PELA EXPERIÊNCIA DAS CARTAS PEDAGÓGICAS

Na primeira etapa do projeto pretendia-se desenvolver um processo avaliativo do trabalho educativo desenvolvido pela instituição por meio de instrumentos previamente elaborados, especificamente, no sentido de aferir informações para o desenvolvimento das atividades que seriam implementadas na sequência. A aplicação deste instrumento seria dada através de questionário aos indivíduos que compõe a comunidade atendida pela instituição pesquisada, abrangendo: religiosos que ocupam a função de direção da instituição, equipe gestora que inclui assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, e demais trabalhadores do local, além dos educandos que frequentam as atividades institucionais.

Importante esclarecer que para o campo do conhecimento que compreende a produção sobre processos pedagógicos, a avaliação é um processo educativo e formativo e, por isso compreende parte fundamental de uma atividade extensionista.



Na segunda etapa, pretendia-se desenvolver ações de formação continuada para a equipe gestora e demais trabalhadores (as) da instituição, partindo dos resultados extraídos dos questionários no processo avaliativo.

Segundo Gadotti (2000) deve existir maior articulação entre espaços de sociabilidade humana, objetivando que o educando se identifique no cotidiano da sociedade da informação. A formação continuada, planejada e organizada dentro dos princípios da Pedagogia Social, permite que seja atingido patamar específico de trabalho na perspectiva da Animação Sociocultural.

A formação continuada também se inscreve no escopo dos conhecimentos pedagógicos, fundamental para o desenvolvimento efetivo e qualificado das ações que se pretendiam na sequência. Por meio desta formação que os trabalhadores da instituição se relacionariam acerca dos princípios e fundamentos necessários para efetivação das finalidades da Animação Sociocultural, sendo permitido o acesso e desenvolvimento das habilidades necessárias para tal atuação.

Durante a terceira etapa, para estabelecer intervenção no processo de desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dos (as) educandos (as) seriam organizados ateliês⁴ de aprendizagem, servindo como inspiração para o trabalho desenvolvido atualmente no SCFV com crianças e adolescentes. A Pedagogia Freinet estabelece novos olhares em torno das práticas educativas, por meio dos ateliês, proporcionando que os educandos (as) escolham suas atividades, a partir das afinidades individuais e/ou coletivas, contribuindo para compartilharem suas experiências de forma ampla (Ferreira, 2015, p. 170).

A estrutura atual da instituição, o processo avaliativo e a formação continuada seriam aspectos levados em consideração. O favorecimento de subsídios para que as educadoras sociais refletissem em torno de sua prática e da respectiva adequação dos aspectos de espaço/tempo nas relações sociais e educativas.

Na quarta e última etapa, o objetivo seria desenvolver ações que potencializem aspectos culturais dos (as) educandos (as) e sua percepção de mundo, reorganizando a proposta do SCFV para o atendimento às comunidades pertencentes as regiões de abrangência socioterritorial que a instituição está situada.

⁴ A prática pedagógica conhecida como Ateliês de aprendizagem, foi uma metodologia do campo da Pedagogia, criada pelo Pedagogo Celestin Frenet (1896-1966).



Inspirado no trabalho educativo de Paulo Freire (2013, p.15), seriam estabelecidos os círculos de cultura para o trabalho educativo junto aos adultos. Por meio do diálogo direcionado, seriam elencados os temas geradores que direcionariam as atividades que o Instituto poderia oferecer para a comunidade. Em todas as etapas o planejamento seria coordenado e acompanhado por um dos professores supervisores.

Este projeto serviria como mediador de cursos da universidade e demais organizações da sociedade civil que possuem a intenção em contribuir com o desenvolvimento comunitário, tendo em vista a territorialidade que a instituição se encontra inserida.

Apesar de todas essas questões relevantes, ao entrar na instituição e se deparar com as demandas pautadas pela direção da entidade, a equipe do projeto focou suas atividades nos dois primeiros objetivos propostos: a) Avaliar o trabalho educativo social desenvolvido instituição; b) Atuar no processo formativo da equipe gestora e demais trabalhadores da instituição. Esse processo formativo da equipe seria direcionado, especificamente, aos Educadores Sociais.

A partir da solicitação da equipe gestora da instituição, o trabalho do projeto seria realizado junto as Educadoras Sociais que atuam no SCFV. Devido à essa nova reconfiguração, o planejamento das acadêmicas integrantes do projeto esteve direcionado à intervenção com esta categoria de trabalhadoras. Para que o objetivo do projeto fosse atingido e, houvesse aproximação com as Educadoras Sociais, aplicamos a técnica da elaboração de Cartas Pedagógicas: solicitar para cada Educadora Social escrever uma carta. As participantes foram orientadas que esta carta seria utilizada apenas para uso pessoal do projeto.

Cartas pedagógicas em que eu fosse tratando problemas, destacados ou ocultos, nas relações com filhas e filhos ou alunas e alunos na experiência do dia-a-dia. Problemas que, nem sempre, existiram para o jovem pai ou a jovem mãe ou o jovem professor na experiência quase recente de adolescência ou que, se existiram, receberam diferente tratamento (Freire, 2000).

Nesta carta deveria conter as seguintes informações: Nome, idade, endereço, experiências profissionais anteriores, quanto tempo trabalha como educadora social, pretende continuar nessa atividade? Contar a história de como chegou a ser Educadora Social do SCFV? Descrever o que entende por Educação? Para que serve seu trabalho como Educadora Social? Quais são as maiores dificuldades que possui no trabalho junto



as crianças? Quais os temas ou conteúdos gostaria de aprender junto com o pessoal do Projeto no SCFV?

No primeiro encontro com as Educadoras Sociais, participaram 04 (quatro) mulheres, com diferentes níveis de escolaridade, desde Ensino Médio, até graduação completa, oportunidade única de aprendizado para as integrantes do projeto de extensão.

Importante esclarecer que a instituição organizou espaço na agenda de trabalho para que o projeto pudesse ter período direcionado para realização das atividades. Salientamos que se trata de espaço privilegiado de formação continuada dentro da instituição de Educação Social, como entendemos no campo teórico epistemológico da Pedagogia Social, além de espaço político profissional da Política de Assistência Social, algo muito raro de acontecer.

Essa conquista das Educadoras Sociais chegou ao nosso grupo repleto de angústias e necessidades de muitos relatos de situações e vivências das experiências que precisavam ser ouvidas, acolhidas e, de certa maneira, encaminhadas para algum lugar. Todas as situações compartilhadas surpreenderam a equipe extensionista.

Esta é uma peculiaridade de quem desenvolve projetos de extensão e o que Paulo Freire denomina de “Inédito Viável”. Por mais que exista o planejamento, aquilo que é inesperado, surpreende, é para essa surpresa que o preparo pedagógico precisa existir.

Freire (2023, p. 117) expressa a legitimidade da escuta humanizada dos sujeitos, a partir das demandas presentes no cotidiano, composta por características democráticas, fortalecendo sua identidade enquanto ser social. A escuta sem prévios julgamentos, possibilitando espaços de partilha se configurou como diferencial no trabalho com as participantes.

As Educadoras Sociais escreveram as Cartas Pedagógicas, mas o que passou a ser a prática do projeto foi a escuta e o diálogo. Os rumos foram outros e o próximo passo a ser dado a partir da angústia relatada foi quem poderia cuidar delas que sempre cuidaram dos outros?

Para atender à solicitação das trabalhadoras participantes do projeto, organizamos um momento especial, convidando uma profissional com formação especializada na área, para desenvolver dois encontros sobre saúde mental, autoestima e cuidados com aspectos emocionais. Esta profissional, além de possuir uma trajetória de pesquisa junto a instituição e compreender os aspectos que interferem na relação



interpessoal de uma gestão do SCFV, conhece o trabalho que é desenvolvido junto às crianças e adolescentes, com o impacto que isso gera nas emoções e sentimentos das trabalhadoras. Ao considerar os aspectos descritos, a riqueza da intervenção realizada trouxe outros olhares às angústias e anseios relatados naquele momento.

É importante considerar que o trabalho de Educadores (as) Sociais não é regulamentado no Brasil, sendo trabalhadores contratados por meio das políticas de Assistência Social. A precarização das relações de trabalho incide de maneira direta no seu adoecimento, principalmente mental, conforme identificado durante a execução do projeto.

Outras questões que afligiam as Educadoras Sociais se tratava sobre a compreensão das relações sobre as Políticas de Assistência Social e como elas interpretavam o Estatuto da Criança e do Adolescente, apesar da sua atuação cotidiana estar direcionada ao campo da infância e da adolescência.

Este é um indicador muito significativo em torno da necessidade da regulamentação da profissão de Educadores Sociais no Brasil, se exija a formação em nível superior. De preferência em graduação específica. Pois a falta de preparação de conhecimento da legislação e da interpretação dessa legislação leva trabalhadores para uma atuação pautada no senso comum.

Apesar dos (as) Educadores (as) Sociais, em parcelas específicas, possuírem a primeira graduação em outras áreas de conhecimento, não significa formação específica nos conteúdos que deem conta das demandas dos grupos humanos com os quais deverão desenvolver os trabalhos mais complexos, em situações extremas de vulnerabilidade.

Vale sempre lembrar que o que vivemos e aprendemos em nossos ambientes familiares e o que praticamos dentro de nossas casas como práticas educativas, não são necessariamente o que devemos praticar com o público que atenderemos nas instituições educativas sejam elas espaços escolares ou não escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente as Políticas Educacionais brasileiras se direcionam para a consolidação prioritária das Escolas em Tempo Integral (BRASIL, 2023), como perspectiva da Educação Integral. Diante da expansão dessa política educacional, outras



políticas socioassistenciais são impactadas, como é o caso dos SCFV, destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes.

O antigo contraturno social não tem mais demanda de atendimento com a obrigatoriedade da frequência na escola em tempo integral. A partir dessa reconfiguração das demandas de atendimento social e, por compreender que a dimensão educativa destas instituições é que surge esta proposta.

Este contexto nacional está gerando a necessidade de que muitas instituições que atendiam crianças e adolescentes, passem a mudar seu público e a maneira de atendimento. Existe a prerrogativa da adaptação de novos formatos de efetivar a Política de Assistência Social. E ao passar a atender talvez pessoas adultas, idosos, ou com demandas específicas, outras perspectivas teóricas e abordagens metodológicas são necessárias, exigindo novos preparos para os profissionais da área. Ou seja, mais uma vez indica a fragilidade do trabalho de Educadores (as) Sociais.

Esta experiência extensionista do NUPEPES serviu para reforçar e confirmar o que as pesquisas na área Educação Social e Pedagogia Social demonstram, que é a regulamentação da Profissão de Educadores Sociais no Brasil, com exigência da Graduação como formação mínima, atrelada a valorização profissional, formação continuada e equiparação aos outros profissionais com o mesmo nível de formação, quando possuírem devido reconhecimento, que poderá resultar em uma mudança na condição atual de trabalho de Educadoras Sociais e Educadores Sociais.

A necessidade de que a área da Educação Social seja constituída efetivamente com diretrizes próprias, financiamento, currículo, profissionais e legislação específica é urgente em nosso contexto em que as desigualdades sociais machucam a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2003. Disponível em: https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/bruno.oliveira/Safira%20Ammann_Ideologia%20do%20desenvolvimento%20de%20comunidade%20no%20Brasil.pdf/view: Acesso em: 08 nov. 2025.



BRASIL. **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 09 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 14.640, de 31 de julho de 2023,** institui o Programa da Escola de Tempo Integral. Brasília: MEC, 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NOB-RH/SUAS:** Anotada e Comentada. Brasília: MDS, 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf. Acesso em: 09 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de Orientações - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:** Articulação necessária na Proteção Social Básica. Brasília: MDS, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Cartilha_PAIF_1605.pdf. Acesso em: 09 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de Atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:** para crianças de 0 a 6 anos. Brasília: MDS, 2021. Disponível em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2025/03/Caderno-de-Atividades-Crianças-de-0-a-6-anos-2.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais:** reimpressão 2014. Brasília: MDS, 2013. Disponível em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2025/03/tipificacao.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2025.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Gestão Social e Trabalho Social:** desafios e percursos metodológicos. São Paulo: Cortez, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Resolução nº 01, de 09 de janeiro de 2012.** Publica as deliberações da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Disponível em: https://www.blogcnas.com/files/ugd/7f9ee6_3f9960322c3c411b88be7723f7ba2fc7.pdf. Acesso em: 09 nov. 2025.



CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011.** Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Disponível em: https://www.blogcnas.com/files/ugd/7f9ee6_d825fc918a98454682401c0261ceb251.pdf. Acesso em: 09 nov. 2025.

FERREIRA, Glaucia de Melo. **De portas abertas à vida e à diferença:** a pedagogia Freinet e a inclusão. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: https://1library.org/document/qor9gnkq-de-portas-abertas-vida-diferenca-pedagogia-freinet-inclusao.html#google_vignette. Acesso em: 11 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 76. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/paulo-freire/pedagogia-da-indignacao.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000200002>. Acesso em: 11 nov. 2025.

PEREZ-PEREZ, Itahisa. Animação sociocultural, desenvolvimento comunitário e educação para o desenvolvimento: uma experiência inovadora em educação superior. **Rev. iberoam. educ. super** [online]. vol.5, n.12, p.157-172, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2013.

SEVERO, Jose. L. R. L., MACHADO, Érico R., RODRIGUES, Marli. de F. Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social no Brasil: entrecruzamentos, tensões e possibilidades. **Interfaces Científicas - Educação**, 3(1), p.11–20. 2014.



SOUZA, Marcelino. A animação sociocultural, a educação social e os desafios da contemporaneidade. **Laplage em Revista**. vol.5, n.2, p.61-74. 2019.